



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

PROCESSO 23.0.000028596-0
INTERESSADO DIRETORIA FINANCEIRA
ASSUNTO WORKSHOP – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NO SIAFE/TO

Projeto Básico Nº 217 / 2023 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIFIN/DCON

PROJETO BÁSICO

1 - OBJETO

1.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação da empresa Instituto Saturnino Bastos, para ministrar curso com o tema: Workshop - Execução Orçamentária e Financeira no SIAFE-TO de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas, mediante contratação direta regida nos moldes da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 e regulamentada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pela Instrução Normativa 04 de 31 de janeiro de 2023. O curso será realizado da seguinte forma: turma 1: nos dias 16 e 17 de outubro de 2023, com carga horária de 16h e turma 2: nos dias 18 e 19 de outubro de 2023, com carga horária de 16h, ofertado na modalidade "curso aberto", presencial na cidade de Palmas -TO. Os servidores poderão ser distribuídos nas turmas 1 e 2, em suas respectivas datas.

1.2. Dada a natureza do objeto, a contratação será por meio de Inexigibilidade de Licitação, regida pela Lei 14.133/2021 (Art. 74).

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

1.2. A adjudicação deverá ser global.

1.3. A demanda tem natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade encontram-se definidos neste Projeto Básico, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

2 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando as constantes mudanças nos procedimentos pertinentes à Contabilidade aplicada ao Setor Público, a capacitação dos agentes públicos é necessária para uma atuação segura, eficaz, e efetiva no âmbito da gestão orçamentária e financeira e demanda um programa contínuo de treinamento e desenvolvimento junto a instituições e profissionais especializados nos temas correlatos à área. O Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins - SIAFE -TO é o sistema adotado pelo Estado do Tocantins, em cumprimento ao estabelecido no §6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000. O curso Execução Orçamentária e Financeira no SIAFE-TO propiciará aos participantes a possibilidade de conhecer melhor o sistema e desenvolver suas potencialidades por meio da utilização de todas as ferramentas disponíveis e indispensáveis ao fiel desempenho das atividades relacionadas com a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

3 - ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO

3.1. A contratação em tela observará as seguintes especificações e quantitativos:

Item	Categoria Econômica	Quantidade de vagas	Especificação	Valor Unitário/Vaga	Valor Unitário/Vaga
01	Serviço	20	Workshop - Execução Orçamentária e Financeira no SIAFE - TO	R\$: 1.690,00	R\$: 33.800,00

3.2. A quantidade estimada de 20 (vinte) de servidores que atuam na área orçamentária e financeira a serem capacitados está detalhada conforme tabela abaixo:

WORKSHOP - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NO SIAFE-TO

TURMA – 1, DIA 16 E 17 Outubro/2023

Item	Nome completo	Setor	CPF	Matrícula	E_mail	Telefone
1	Alice Pereira de Farias Nogueira	DIFIN/DFESP	011.849.191-19	358231	alice.farias@tjto.jus.br	(63) 98407-5031
2	Antonio Jose Ferreira de Rezende	DIFIN/DIVPODG	618.712.061-20	91452	ajfrezende@gmail.com	(63) 99997-2009
3	Carlos Cardoso Junior	DEOFIN	546.703.061-20	352397	cjr25@gmail.com	(63) 98513-1842
4	Clóvis de Oliveira Rosa	SEOFFE	796.646.791-00	209944	clovisnegro1971@uol.com.br	(63) 98402-9367
5	Denise Jales Rodrigues	SEOFFE	986.478.491-91	356280	denisejalesrodrigues@gmail.com	(63) 98408-3800
6	Denyo Rodrigues Silva	DIFIN/DIVPODG	911.752.671-04	252161	denyo.silva@tjto.jus.br	(63) 99212-8872
7	Enis Gonçalves Vieira	SEOFIN	251.980.091-72	353577	enis.goncalves@tjto.jus.br	(63) 99947-2615
8	Jeovania Brito Silva	GFIPDIFIN	001.395.033-90	352905	jeovania.bs@gmail.com	(63) 99214-6321
9	Jucenira Pereira Gonçalves	SDDIFIN	522.970.043-20	356281	carolcenira@hotmail.com	(63)99958-4792
10	Liziane de Souza Amaral	GFIPDIFIN	810.506.401-44	358247	lizianeamaral1@gmail.com	(63) 98426-8516
11	Paula Márcia B de Carvalho Naves	DIFIN/DFESP	003.760.491-03	248539	paula.naves@tjto.jus.br	(63) 98432-9858
12	Vania lima de Sousa Pinheiro	DIFIN/DCON	526.419.021-68	353972	lima_vania@hotmail.com	(63) 99208-4368
13	Selma Aparecida Camargo Castro	DIFIN/ASDIFIN	576.961.521-49	75448	selccastro@gmail.com	(63) 98126-2223

TURMA – 2, DIA 18 E 19 de Outubro/2023

Item	Nome completo	Setor	CPF	Matricula	E_mail	Telefone
1	Alessandro Maranhão Noieto	ASDIFIN	002.041.091-32	236745	alessandronoieto@gmail.com	(63) 98404-4756
2	Áurea Rodrigues da Luz Bequiman	ORCDIFIN	851.261.521-49	353513	aureabeckman@gmail.com	(63) 98445-4880
3	Jacson Castro de Souza	SEOFFE	794.143.621-34	354675	jacsoneconn@gmail.com	(63) 99249-5696
4	Janete Pessoa da Silva	GFIPDIFIN	598.525.341-49	355904	janeteps2008@gmail.com	(63) 98442-2609
5	Leandro Pereira Freitas	DIFIN/DCON	934.203.312-15	362833	leandrofreitas.lpf@gmail.com	(63) 99997-2009
6	Mônica Silva Correia	DIFIN/DFESP	005.005.871-16	352690	monica.correia@tjto.jus.br	(63) 99135-7007
7	Senivan Almeida de Arruda	SEOFIN	475.264.593-91	366350	senivan.cgearruda@gmail.com	(63) 99993-2239

4. VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO

- 4.1. O valor estimado da licitação encontra-se na tabela do item 3.1. deste Projeto Básico.
- 4.2. Previsão Orçamentária: A contratação pretendida está previsto no **subitem 10.4.8** do Plano de Contratações 2023, SEI nº. 22.0.000012099-9, evento 4815424.
- 4.3. A Classificação Orçamentária para o objeto constará no corpo da Contratação, de acordo com a informação técnica apresentada pela unidade competente.

5 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 5.1. O documento de oficialização da demanda - DOD, acostado no evento 5256621, traz a indicação dos servidores que atuarão como Gestor e Gestor substituto respectivamente;
- 5.2. As comunicações e determinações do gestor à contratada serão feitas por escrito, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal que deverá ser reduzida a termo.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A empresa a ser CONTRATADA deverá:
- a) Responsabilizar-se pela observância de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação.
- b) Prestar formalmente as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratante.
- c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta aquisição, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal de Justiça.
- d) Fornecer certificação aos participantes inscritos;
- e) Manter, durante a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em conformidade com art. 65, da Lei nº 14.133/21, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. O Contratante será responsável pela observância às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao contrato.
- 7.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº. 14.133/21;
- 7.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a contratação.
- 7.4 Processar e liquidar a fatura correspondente, através de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado ao Fornecedor;

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Nos termos do art. 7 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços objeto da contratação.
- 8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da Instrução Normativa nº 6/2023, do Tribunal de Justiça do Tocantins.
- 8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 8.4. Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contratos no âmbito do TJ-TO estão disciplinadas no Anexo V – Seção I, da Instrução Normativa 4/2023, de 31 de janeiro de 2023.

9. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais adquiridos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do gestor do contrato.
- 9.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do protocolo da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o ÓRGÃO GERENCIADOR), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.
- 9.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta-corrente.

9.4. O Contratante somente pagará à Contratada o que for solicitado e efetivamente entregue.

9.5. O atesto é condição indispensável para o pagamento, podendo ser comprovado e realizado pelo gestor através de apresentação da nota fiscal devidamente atestada, ou por meio da inserção de informação no Sistema Eletrônico de Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – SEI, confirmando o seu recebimento;

9.6. Após o atesto de recebimento do bem, o gestor designado enviará o processo de pagamento para a Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do pagamento;

9.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

9.8. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - SEI.

10. DAS PENALIDADES

10.1. As penalidades foram previstas na Instrução Normativa nº 6 de 31 de janeiro de 2023 do Tribunal de justiça do Estado do Tocantins, e serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na resolução, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;

II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#): Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

12. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

12.1 Na Contratação em tela serão observados os critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Os serviços contratados são de uso imediato, não estocáveis, e que o ciclo e vida do objeto não geram resíduos e nem impacto ambiental.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Pereira Freitas, Servidor Cedido**, em 08/08/2023, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vania Lima de Sousa Pinheiro, Servidor Cedido**, em 08/08/2023, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gizelson Monteiro de Moura, Diretor Financeiro**, em 08/08/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **5257444** e o código CRC **6EFC8891**.